

—  
Coleção Governance Lab

# O Governo das Organizações

*A vocação universal  
do corporate governance*

—  
*Paulo Câmara  
Gabriela Figueiredo Dias  
Rui de Oliveira Neves  
Diogo Costa Gonçalves  
José Ferreira Gomes  
André Figueiredo  
Orlando Vogler Guiné  
João Sousa Gião  
Sofia Leite Borges  
Hugo Moredo Santos  
Ana Rita Almeida Campos  
Paulo Bandeira  
Ana Filipa Moraes Antunes  
Francisco Mendes Correia  
Domingos Soares Farinho  
Pedro Lomba  
Duarte Schmidt Lino  
António Fernando de Oliveira*

## ÍNDICE

ABREVIATURAS	5
APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO I – Vocação e influência universal do <i>corporate governance</i> : Uma visão transversal sobre o tema <i>Paulo Câmara</i>	13
CAPÍTULO II – O governo das sociedades anónimas <i>Paulo Câmara e Gabriela Figueiredo Dias</i>	43
CAPÍTULO III – O governo de sociedades por quotas: Breves reflexões sobre a celebração de negócios entre o gerente e a sociedade <i>Diogo Costa Gonçalves</i>	95
CAPÍTULO IV – O governo dos grupos de sociedades <i>José Ferreira Gomes</i>	125
CAPÍTULO V – O governo de uma sociedade anónima europeia com sede em Portugal: Algumas notas <i>André Figueiredo</i>	167
CAPÍTULO VI – Sociedade privada europeia: Sobre a sua governação societária e matérias conexas <i>Orlando Vogler Guiné</i>	201
CAPÍTULO VII – O governo das sociedades desportivas <i>João Sousa Gião</i>	233
CAPÍTULO VIII – O governo dos bancos <i>Sofia Leite Borges</i>	261

CAPÍTULO IX – O governo dos fundos de pensões <i>Gabriela Figueiredo Dias</i>	319
CAPÍTULO X – Um governo para os fundos de investimento <i>Hugo Moredo Santos</i>	371
CAPÍTULO XI – O governo das seguradoras <i>Ana Rita Almeida Campos</i>	415
CAPÍTULO XII – O governo dos auditores <i>Paulo Bandeira</i>	455
CAPÍTULO XIII – O governo das associações civis <i>Ana Filipa Morais Antunes</i>	503
CAPÍTULO XIV – <i>Corporate Governance</i> e sociedades civis: Algumas notas <i>Francisco Mendes Correia</i>	559
CAPÍTULO XV – Alguns problemas de governo fundacional de uma perspectiva normativa-orgânica <i>Domingos Soares Farinho</i>	583
CAPÍTULO XVI – O governo das sociedades prestadoras de serviços de interesse económico geral: Notas acerca de algumas características do caso português <i>Rui de Oliveira Neves</i>	671
CAPÍTULO XVII – Democratizar o governo das empresas públicas: O problema do duplo grau de agência <i>Pedro Lomba e Duarte Schmidt Lino</i>	683
CAPÍTULO XVIII – O governo dos órgãos de soberania: Uma introdução <i>António Fernandes de Oliveira</i>	721
APRESENTAÇÃO DOS AUTORES	769
BIBLIOGRAFIA	773
ÍNDICE IDEOGRÁFICO	805



## CAPÍTULO XIII

### O GOVERNO DAS ASSOCIAÇÕES CIVIS

ANA FILIPA MORAIS ANTUNES

**ABSTRACT:** *EU legislations grants wide freedom to choose the rules that will govern private associations. The legal rules in this sector are mainly non mandatory and, therefore, the articles of association are the most important regulatory instrument. The nonprofit sector is also detached from market and external pressures and there is no relevant internal control of management decisions.*

*There are two priority areas to reform. First, it is essential to clarify and update the existent Portuguese legal rules on private associations. Second, it is adequate to modernize the regulation by importing some of the principles of corporate governance. The primary focus of the governance reform is related to the board of directors. Associations should include independent directors, with proper qualifications. On the other hand, it is mostly important to implement standards of professional governance.*

*The purpose of this article is to suggest a list of key principles – inspired by the principles of corporate governance – for an adequate, transparent and effective association governance.*

**SUMÁRIO:** 1. Introdução; 2. O regime jurídico das associações; A) As coordenadas do regime; B) A organização das associações. As insuficiências do regime vigente; 3. Algumas dúvidas de regime jurídico– o contributo jurisprudencial; A) A competência para a convocação dos órgãos de administração e de fiscalização; B) A competência para a convocação da assembleia geral; C) A forma de convocação da assembleia geral; D) A representação no exercício do direito de voto; E) A admissibilidade de categorias de associados. O problema dos direitos especiais; 4. Os pilares de uma reforma – o problema no Direito a constituir; A) A estrutura e a composição dos órgãos sociais; B) A convocação da assembleia geral; C) A convocação dos órgãos de administração e de fiscalização; D) A institucionalização da mesa da assembleia geral e do secretário da associação; E) O processo de tomada de decisão; F) A administração da associação; G) A fiscalização da associação; H) Os deveres fiduciários dos titulares dos